

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 17 de agosto de 2020 às 07h52
Seleção de Notícias

Terra - Notícias | BR

Direitos Autorais

Neil Young pode impedir Trump de usar suas canções? É complicado 3

Correiobraziliense.com.br | BR

12 de agosto de 2020 | Patentes

Tribunal decide que Apple deve pagar US\$ 500 milhões por violações de patente 6
AGÊNCIA FRANCE-PRESSE

O Globo Online | BR

Pirataria

Consumo de cigarro aumentou para 34% dos fumantes brasileiros durante a pandemia, diz pesquisa da Fiocruz 7
SOCIEDADE | CAROLINA MAZZI

BOL - Notícias | BR

Propriedade Intelectual

Revisão do acordo comercial entre China e EUA é adiada (mídia) 9

Agência Sebrae de Notícias | BR

Denominação de Origem

Aberta consulta pública para a Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual 11

Neil Young pode impedir Trump de usar suas canções? É complicado

No dia da eleição em 2018, Neil Young publicou uma declaração frustrada a respeito do presidente Donald Trump.

Três anos antes, Trump havia usado a música *Rockin' in the Free World* de Young - um protesto contra a injustiça - ao anunciar sua campanha, provocando a ira de Young. Com as eleições intermediárias a caminho, Young reclamou mais uma vez, mas disse que não tinha recursos legais para impedir Trump de usar sua música.

"Legalmente, ele tem o direito de usar", escreveu Young em seu site, "de qualquer forma, isso vai contra a minha vontade".

Na semana passada, Young finalmente processou a campanha de Trump pelo uso de *Rockin' in the Free World* e outra música, *Devil's Sidewalk*, ambas tocadas no comício de Trump em Tulsa, Oklahoma, em junho. No processo, o músico acusou a campanha de violação de **direitos** autorais por tocar as faixas sem licença e pediu que a campanha fosse impedida de usá-las, além de indenização por danos estatutários.

A acusação de Young dizia que ele "em sua consciência não pode permitir que sua música seja usada como 'trilha sonora' para uma campanha discriminatória, não-americana, de ignorância e de ódio."

O que mudou nos anos seguintes [a 2018], dizem os especialistas em propriedade intelectual, é uma nova estratégia dos músicos para impedir que candidatos políticos usem suas canções sem permissão, embora a legalidade de sua abordagem seja incerta.

Durante anos, músicos e compositores negaram que políticos tocassem suas canções em comícios. O uso de seu trabalho por um político poderia implicar um

endosso, dizem eles, ou distorcer o significado de uma música - como quando o presidente Ronald Reagan elogiou Bruce Springsteen em um discurso em 1984, após a interpretação equivocada de um colunista conservador da sombria *Born in the U.S.A.*

Na era Trump, esse conflito só ficou mais intenso, à medida que o presidente recebeu condenações de uma grande variedade de artistas por usar sua música - como Rihanna, Elton John, Pharrell Williams, Axl Rose, Adele, REM, as propriedades de Tom Petty e Prince -, embora Trump sempre tenha respondido às suas reclamações com provocação.

"Acho que ele está apenas estendendo o dedo do meio aos artistas para dizer: 'Você não pode me impedir'", disse Lawrence Y. Iser, advogado que lidou com vários processos judiciais em relação ao uso de músicas protegidas por **direitos** autorais em campanhas, incluindo um arquivado em 2010 por David Byrne contra Charlie Crist, então governador da Flórida.

No entanto, os artistas tinham pouco poder para impedir o uso político de suas canções. A maioria das campanhas de políticos tem a mesma cobertura legal para tocar músicas que as estações de rádio ou salas de concerto - por meio de acordos de licenciamento de entidades como ASCAP e BMI, que liberam os direitos de execução pública para milhões de músicas em troca de uma taxa. ASCAP e BMI oferecem até licenças especiais para campanhas, permitindo que usem músicas aonde quer que elas aconteçam.

Para artistas como Young e os Rolling Stones - cuja canção *You Can't Always Get What You Want*, de 1969, foi a trilha sonora de encerramento de incontáveis comícios de Trump - seu envolvimento nesses acordos significava que eles não podiam tomar medidas legais.

Continuação: Neil Young pode impedir Trump de usar suas canções? É complicado

Mas em junho, os Stones disseram que iriam recorrer à justiça se Trump usasse sua música novamente, e tanto a ASCAP quanto a BMI disseram que, a pedido da banda, retiraram suas músicas da lista de obras oferecidas às campanhas. (As regras para usar uma música em um filme ou comercial são mais claras: é necessária a permissão direta de um compositor ou editor.)

A ASCAP e um advogado de Young disseram que *Rockin' in the Free World* e *Devil's Sidewalk* também foram removidas da licença para uso político da ASCAP.

No entanto, não está claro se tais retiradas são permitidas de acordo com os acordos regulatórios da ASCAP e da BMI com o governo federal, instituídos há décadas para evitar conduta anticompetitiva

Conhecidas como organizações de **direitos** autorais, ASCAP e BMI atuam como câmaras de compensação para as permissões legais que qualquer estação de rádio, serviço de música digital ou shopping center precisa para tocar músicas protegidas por **direitos** autorais. Os acordos das organizações com o Departamento de Justiça, conhecidos como decretos de autorização, estabelecem regras estritas destinadas a preservar um mercado justo, como oferecer seus catálogos de músicas a qualquer partido "em situação semelhante" que deseja usar sua música.

"Os artistas enfrentam uma difícil batalha legal para fazer valer seus direitos e impedir que políticos de quem discordam cantem suas canções", disse Christopher J. Buccafusco, professor da Cardozo Law School. "Eles podem ter algumas opções para fazê-lo, por meio da retirada da licença para uso político, mas essas têm validade duvidosa."

A ASCAP e a BMI acreditam que seus decretos de autorização permitem que os compositores e editores que elas representam retirem o material da lista sob certas condições, incluindo se um uso específico puder prejudicar o valor econômico dos **direitos** autorais de uma música.

"A BMI não remove uma música da licença para obter taxas mais altas ou por qualquer motivo que não seja o fato de os detentores dos direitos acreditarem que a associação de sua música a uma campanha é um endosso implícito e diminui o valor desse trabalho", disse Stuart Rosen, conselheiro-geral da BMI.

Uma porta-voz da campanha de Trump não respondeu a uma solicitação de comentário.

O caso de Young está sendo observado de perto como um teste do poder dos artistas para proteger seu trabalho contra o uso político.

Com a pandemia impedindo a maioria dos comícios e muitas convenções, é possível que a questão seja discutível até o final da campanha de 2020. Mas pode ser apenas uma questão de tempo até que o problema volte a acontecer e os artistas, assim como os advogados, estão observando os movimentos de Young e dos Stones em busca de pistas.

Buccafusco, especialista em questões de propriedade intelectual, disse que o melhor caminho para as reclamações dos artistas pode ser sem o uso do judiciário - e que o uso de sua canção por um político pode servir como uma oportunidade para esses artistas articularem suas próprias posições e esclarecerem as mensagens do trabalho deles.

"O melhor recurso deles é provavelmente aquele que eles usam há muitos anos", disse ele, "que é reclamar

Continuação: Neil Young pode impedir Trump de usar suas canções? É complicado

publicamente e se envolver em sessões de denúncia, que muitas vezes acabam tendo melhores resultados".

: assistir Thunderbird: "Piadas inconvenientes não cabem mais hoje"

TRADUÇÃO DE ROMINA CÁCIA

Tribunal decide que Apple deve pagar US\$ 500 milhões por violações de patente

A gigante da tecnologia argumentou sem sucesso que as **patentes** eram inválidas e ainda vai apelar da decisão postado em 12/08/2020 09:51 / atualizado em 12/08/2020 10:03

(foto: Josh Edelson / AFP)

A Apple deve pagar mais de 500 milhões de dólares em danos e juros por infringir patentes de 4G que pertenciam à empresa PanOptis, decidiu um tribunal do Texas.

A gigante da tecnologia vai apelar da decisão, de acordo com a imprensa local.

A PanOptis, especializada em licenças de **patentes**, processou a Apple em fevereiro do ano passado, alegando que a empresa se negou a pagar pelo uso de tecnologias 4G LTE em seu smartphones, tablets e relógios.

"Os demandantes negociaram reiteradamente com a Apple para alcançar um acordo para uma licença FRAND que permita o uso dos portfólios de patentes dos demandantes, que a Apple está infringindo", afirma um documento do tribunal.

FRAND faz referência a termos que são "justos, razoáveis e não discriminatórios", o padrão da indústria para o uso de tecnologias.

"As negociações não tiveram sucesso porque a Apple se nega a pagar uma taxa FRAND pela licença dos demandantes", completa o documento.

A Apple argumentou sem sucesso que as patentes eram inválidas, de acordo com publicações legais.

"Processos como este por empresas que acumulam patentes simplesmente para assediarem a indústria servem apenas para sufocar a inovação e prejudicar os consumidores", afirmou a Apple em um comunicado.

O caso é uma de várias demandas por violações de **patentes** apresentadas por empresas especializadas em licenças, que não fabricam nenhum produto mas têm direitos sobre certas tecnologias.

A justiça do Texas já decidiu duas vezes contra a Apple, que foi condenada a pagar centenas de milhões de dólares a VirnetX - outra empresa especializada em litígios por patentes.

Em seu site, a PanOptis oferece serviços para administrar as patentes dos clientes, permitindo que se concentrem na "inovação e novos desenvolvimentos".

Tags Apple EUA Justiça LTE tecnologia

Agência France-Presse

Consumo de cigarro aumentou para 34% dos fumantes brasileiros durante a pandemia, diz pesquisa da Fiocruz

SOCIEDADE

RIO Segundo pesquisa da Fiocruz, 34% dos brasileiros declararam ter aumentado o número de cigarros fumados durante a . Este crescimento, ainda de acordo com o estudo, está associado à deterioração da saúde mental dos tabagistas, com piora de quadros de depressão, ansiedade e insônia.

ONU:

Porém, esse aumento foi ainda maior entre aqueles que também afirmaram ter piora no sono (45,5%) e agravamento de sentimentos de solidão (39,6%), tristeza (46,3%) e nervosismo (43,3%). Segundo o epidemiologista Paulo Borges, um dos responsáveis pela pesquisa, ainda não é possível saber se o aumento do cigarro piorou a saúde mental dos tabagistas ou o contrário, ou seja, se a deterioração da saúde mental induziu ao aumento do consumo de cigarro por quem já fumava.

De qualquer forma, esse é um cenário muito preocupante não só porque o cigarro é um fator de risco para várias doenças, inclusive para a Covid-19. Mas, como há uma possibilidade desse hábito permanecer após a quarentena, já que a nicotina é altamente viciante, e o cigarro associado aos outros fatores que vieram com a pandemia, como o estresse, diminuição do exercício físico e ansiedade, pode elevar o número de casos de doenças crônicas, cardiovasculares e câncer e se tornar um problema de saúde grave, inclusive elevando os custos e sobrecarregando o sistema (de saúde).

Câncer:

Os dados sobre a relação entre o cigarro e saúde mental ainda serão publicados pelo grupo de pesquisa Convid, da Fiocruz, que analisa os números coletados com 44 mil pessoas em um estudo em par-

ceria com a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), feito entre abril e junho. A pesquisa detectou também que o aumento foi maior entre pessoas de menor escolaridade (45,1%) e entre mulheres (38,1%).

Dependência está associada a doenças e pode piorar quadros da Covid-19

Além de ser fator de risco para várias doenças coronarianas, bronquite crônica, enfisema pulmonar, doenças vasculares e estar intimamente ligado ao câncer de pulmão, o tabagismo é certamente um dos hábitos que contribui para formas mais graves de infecção por coronavírus afirma o oncologista Bruno Ferrari, do Grupo Oncoclínicas.

A dependência está associada a cerca de 420 mortes diárias no Brasil e a gastos de R\$ 56 bilhões em despesas médicas anuais. O consumo aumenta em 30% as chances de desenvolver algum câncer, por exemplo. Atualmente, 9,8% da população brasileira se declara fumante, cerca de 20 milhões de pessoas. Ou seja: o aumento no número de cigarros pode ter atingido até sete milhões de pessoas.

A carioca Jessica Santos, de 32 anos, é uma delas. Ela afirma que viu o seu consumo aumentar exponencialmente desde que começou o isolamento social, em março:

Eu fumava uma média de um maço de cigarro por semana. Agora, já me vi consumindo um maço em apenas dois dias, e isso só tem piorado. Ele aparece em todos os momentos: do tédio à ansiedade, mas especialmente quando estou estressada e triste, que tem acontecido muito mais agora que não consigo ir à praia ou rever os amigos. Eu tenho esperança que isso vai voltar ao normal depois que passar, mas fico

Continuação: Consumo de cigarro aumentou para 34% dos fumantes brasileiros durante a pandemia, diz pesquisa da Fiocruz

com receio.

Aumento no número de cigarros ilegais preocupa

Em 2000, foi sancionada a lei que proíbia propagandas de cigarro no país. A mudança foi considerada um marco e, segundo a Organização Pan Americana de Saúde (Opas), responsável pela queda em mais de 30% no número de fumantes no país desde então.

Na última década, no entanto, um fator adicional tem preocupado os especialistas: o crescimento do cigarro ilegal e/ou contrabandeado, que já responde por 57% do mercado nacional, segundo o Ibope. O país está, segundo pesquisa da Oxford Economics, em primeiro lugar no mundo no consumo de cigarros ilícitos.

A população de menor escolaridade e de menor renda é a maior consumidora desse tipo de tabaco, o que aumenta as suspeitas de que o consumo desse cigarro também teve aumento durante a pandemia, já que es-

sa faixa da população foi a que relatou maior crescimento na quantidade de unidades fumadas.

O problema, afirmam especialistas, é que são produtos que não passam pelas normas de segurança da vigilância sanitária, nem respeitam os níveis químicos exigidos pelo Ministério da Saúde.

Como diz o advogado Edson Vismona, do Fórum Nacional Contra a **Pirataria** e a Ilegalidade (FNPI), não há como saber o que tem nesses cigarros e a qualidade dos compostos, o que representa uma ameaça ainda maior à saúde dos fumantes e ao país:

Esses produtos não geram arrecadação de imposto, um dinheiro que é usado para mitigar as consequências do tabaco na saúde. Além disso, o cigarro ilegal, ou contrabandeado financia grupos criminosos em todo o país, que são responsáveis pelo contrabando e a distribuição deles, muitas vezes que custam menos da metade dos legais, já que não são tributados.

Revisão do acordo comercial entre China e EUA é adiada (mídia)

Washington, 14 Ago 2020 (AFP) - As conversas previstas para o sábado entre os Estados Unidos e China sobre a primeira fase do acordo assinado com grande alarde em janeiro, que deveria marcar uma trégua na guerra comercial, foram adiadas em meio à crescente tensão entre os países, segundo a imprensa americana.

As duas potências deveriam avaliar o cumprimento do histórico acordo firmado após dois anos de guerra comercial, e abordar a compra de produtos americanos pela China, um compromisso afetado principalmente pela pandemia.

O encontro - exatamente sete meses depois da assinatura da primeira fase do acordo - estava previsto em seu cronograma, segundo Chad Bown, pesquisador do Peterson Institute for International Economics (PIIE).

A China se comprometeu a comprar cerca de 200 bilhões de dólares em produtos americanos em dois anos (automóveis, máquinas industriais, metais, cereais, algodão, carnes, petróleo, serviços financeiros) para reduzir o déficit comercial dos Estados Unidos, conforme exigido pelo presidente Donald Trump.

Porém, no final de junho, apenas 46% das compras esperadas até aquele período tinham ocorrido, segundo dados do PIIE.

- TikTok, Hong Kong... -O acordo assinado em janeiro também continua cláusulas relativas à proteção da **propriedade** intelectual e às condições de **transferência** de tecnologia.

Esse acordo, chamado "phase I", abriria caminho para um "phase II", sinônimo de intercâmbio comercial ainda maior entre os dois países.

Mas a pandemia de COVID-19, que Trump chama de "vírus chinês", desacelerou brutalmente o comércio internacional e abriu novas frentes entre os dois países.

A rede social TikTok, da chinesa ByteDance, é acusada pelo presidente americano de ser utilizada pelos serviços de inteligência chineses para espionar os cidadãos americanos. Donald Trump ameaça tornar o aplicativo inacessível nos Estados Unidos.

A situação em Hong Kong, território autônomo sobre o qual a China quer retomar o controle, também é um ponto de tensão.

No último episódio, Donald Trump garantiu na quinta-feira que Hong Kong "nunca será capaz de prosperar" sob o controle da China e previu "uma descida ao inferno" para seus mercados financeiros.

A reunião dessa sexta-feira deveria contar com os negociadores dos dois países, o representante comercial americano Robert Lighthizer e o negociador chinês Liu He, vice-primeiro-ministro, segundo fontes citadas pela mídia americana.

Lighthizer disse em junho que a China cumpriria seus compromissos à medida que Washington pensava em um segundo acordo, mas no mesmo mês um integrante do Conselho de Estado chinês afirmou que a pandemia tinha resultado em um "impacto" no acordo e que as relações entre ambos países são "muito in-

Continuação: Revisão do acordo comercial entre China e EUA é adiada (mídia)

satisfatórias".

Em junho, o déficit comercial americano somente para compras de bens (sem contar serviços) com a China foi de US\$ 28,4 bilhões.

As importações chinesas despencaram em fevereiro

e março, quando fábricas fecharam na tentativa de conter a disseminação da COVID-19. Desde então, voltaram a subir.

bur-jul/jum/mr/bn/am

Aberta consulta pública para a Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual

O Ministério da Economia abriu, no último dia 10 de agosto, uma consulta pública para coletar contribuições para a Estratégia Nacional de **Propriedade** Intelectual (ENPI). O trabalho, que tem a participação do Sebrae pelo fato de estimular o processo de proteção das inovações das micro e pequenas empresas, também vai focar na competitividade. No âmbito da estratégia, foi realizado um Diagnóstico do Sistema Nacional dos Direitos de **Propriedade** Intelectual no Brasil, no qual foi identificado que o sistema de PI é subutilizado por pequenos negócios.

As sugestões serão recebidas até o dia 30 de agosto e serão analisadas por um grupo interministerial. Um dos principais objetivos da ENPI é buscar um sistema efetivo e equilibrado, que seja amplamente utilizado e que incentive a criatividade, investimentos em inovação e acesso ao conhecimento.

Além de vários órgãos públicos, o grupo de trabalho

de construção da estratégia vinculado ao Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual (GIPI) envolve outras instituições, como o Sebrae, que dá suporte em alguns temas (como as **Indicações** Geográficas), que envolvem - predominantemente - empreendedores de pequenos negócios.

"A estratégia vai ajudar os pequenos negócios no acesso e uso estratégico do sistema de **propriedade** intelectual para tornar essas empresas mais inovadoras e competitivas", diz a analista de Inovação do Sebrae, Raquel Minas, que participou da elaboração da proposta da estratégia que está sendo submetida à consulta popular. Atualmente, o Sebrae oferece aos pequenos negócios diversas ações aderentes à estratégia proposta, como o programa Sebraetec, que oferece consultorias tecnológicas na temática de **propriedade** intelectual, e o apoio do Sebrae às **Indicações** Geográficas.

Para contribuir com a estratégia, acesse o link.

Índice remissivo de assuntos

Direitos Autorais
3

Patentes
6

Pirataria
7

Propriedade Intelectual
9, 11

Inovação
9

Denominação de Origem
11